DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 26 de junho de 2023.

Edição 3959 | Páginas: 06

9ª LEGISLATURA | 64º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR-GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Neto Loureiro;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputado Rárison Barbosa;
f) Deputado Coronel Chagas;
g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputada Aurelina Medeiros - Presidente;
b) Deputado Jorge Everton - Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice -Presidente;
c) Deputado Armando Neto;
d) Deputado Marcos Jorge;
e) Deputado Isamar Júnior;
f) Deputada Aurelina Medeiros;
g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
b) Deputado Dr. Meton –Vice- Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
b) Deputado Neto Loureiro – Vice -Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Dr. Meton;
f) Deputado Gabriel Picanço;
g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Catarina Guerra - Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral - Vice- Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Neto Loureiro;
f) Deputado Idázio da Perfil;
g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputado Renato Silva;
e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputado Armando Neto – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Armando Neto;
e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
c) Deputado Odilon;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Dr. Meton;
e) Deputado Armando Neto;
f) Deputado Chico Mozart;
g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Neto Loureiro;
e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
c) Deputado Lucas Souza;
d) Deputada Tayla Peres;
e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
d) Deputado Isamar Júnior;
e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcos Jorge;
d) Deputado Eder Lourinho;
e) Deputado Renato Silva;
f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
g) Deputado Coronel Chagas – 2º Suplente.

XXI – Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputada Angela Águida Portella;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Idázio da Perfil;
e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 22ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 02

- Ata da 23ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 06

Superintendência Administrativa

- Extrato do 2º Termo Aditivo - Contrato nº 017/2022 06

Comissão Permanente de Licitação

- Pregão Presencial nº 008/2023 - Resultado de Licitação 06

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: http://www.al.rr.leg.br

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 23 DE MAIO DE 2023 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL (Em exercício)

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a vigésima segunda Sessão Ordinária da primeira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Bom dia a todos os presentes! Convido a senhora deputada Tayla Peres para atuar como primeira-secretária *ad hoc*, a qual solicito que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres –** Há quórum, senhor presidente, para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **Recebidos do Poder Executivo**: Mensagem Governamental n. 34/2023, que comunica o afastamento do governador para cumprimento de agenda oficial fora do Estado, no período de 23 a 24 maio de 2023; Mensagem Governamental n. 35/2023, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei n. 018/2022, que estabelece diretrizes para criação da política pública de prevenção ao abandono e à evasão escolar no âmbito do Estado de Roraima. **Recebido do Tribunal de Justiça de Roraima**: Ofício n. 3466/2023, encaminhando resposta ao Ofício n. 002/2023/GAB/ALE, referente à Campanha Maio Laranja. **Recebidos dos Deputados**: Projeto de Lei n. 140/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge, que "institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher e dá outras providências"; Projeto de Lei n. 141/2023, de autoria do deputado Idázio da Perfil, que "dispõe sobre o pagamento em atraso de forma parcelada e à vista do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, inserindo novas regras na Lei n. 59, de 28 de dezembro de 1993, Sistema Tributário do Estado de Roraima e dá outras providências"; Projeto de Lei n. 142/2023, de autoria do deputado Idázio da Perfil, que "dispõe sobre a criação de isenção das obrigações de emissão e pagamento da Guia de Trânsito Animal (GTA) e Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV), para agricultores em regime familiar"; Projeto de Lei n. 143/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior, que "dispõe sobre diretrizes para a implementação de bibliotecas comunitárias no âmbito do Estado de Roraima"; Projeto de Lei n. 144/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior, que "dispõe sobre diretrizes para a implementação do Programa Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes"; Projeto de Lei n. 145/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior, que "estabelece diretrizes para a promoção de ações que visem a valorização de homens e meninos e a prevenção e combate à violência contra os homens"; Indicação n. 274/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicações n.ˢ 275 a 278/2023, de autoria da Comissão de Saúde e Saneamento; Indicação n. 279/2023, de autoria do deputado Armando Neto; Indicação n. 280/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n.ˢ 281 a 283/2023, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicações n.ˢ 284 e 287/2023, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações n.ˢ 285 e 286/2023, de autoria do deputado Eder Lourinho; Requerimento n. 048/2023, de autoria do deputado Armando Neto, que requer a realização de Sessão Especial às 14h do dia 26 de junho do corrente ano, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, em homenagem ao Sesquicentenário (150 anos) de nascimento de Alberto Santos Dumont; Requerimento n. 049/2023, de autoria da deputada Tayla Peres; que requer a realização de Audiência Pública para discussão e debate sobre o tema: Perspectivas e Desafios da Reforma Tributária Nacional para o

Estado de Roraima; Requerimento n. 050/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que requer a realização de Sessão Especial no dia 22 de junho de 2023, às 9h, para a entrega da comenda que indica no Decreto Legislativo n. 58/2023; Memorando n. 037/2023, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 18 de maio do corrente ano; Memorando n. 092/2023, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 18 de maio do corrente ano. DIVERSOS: Ofício n. 3248/2023, de autoria da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, em resposta à Indicação Parlamentar n. 015/2023.

Senhor presidente, era o que constava no Expediente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Solicito à senhora primeira-secretária a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** – Presidente, nós temos apenas um orador inscrito, o deputado Lucas Souza.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Temos apenas o deputado Lucas Souza inscrito para o Grande Expediente com o tempo de 60 minutos.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Bom dia a todos! Bom dia aos colegas deputados! Bom dia para quem nos assiste pela TV Assembleia, que nos escuta pela Rádio Assembleia! Senhor presidente, hoje, na verdade, eu vim aqui para dar uma prestação de contas à população, aos colegas deputados.

Conforme anunciei na última semana, como presidente da Comissão de Cultura e de Juventude, nós iríamos começar uma rodada de visitas nos municípios para poder assessorar, conversar com a gestão sobre os panejamentos que estão sendo executados pela Lei Paulo Gustavo. É um recurso federal importantíssimo para o fomento cultural aqui em Roraima e é um momento em que precisamos desse aporte do Governo Federal. Vem mais de 19 milhões aqui para o Estado para ser investido em cultura. Então, é a economia criativa que gira, são os artistas que ganham, são os pequenos e os grandes empresários que ganham, pois é um recurso injetado diretamente aqui no Estado de Roraima.

Pois bem, semana passada, estive em Caracaraí, conversei com a nossa prefeita Diane, falamos sobre o planejamento da execução da Lei Paulo Gustavo lá. Após Caracaraí, estive em Iracema também, conversei com os técnicos da prefeitura de Iracema e nossa andança não para. Só que, em Caracaraí, aproveitamos, como parlamentar, que estávamos no município e fizemos uma visita em outro segmento, para verificar outras demandas e lá, em Caracaraí, fiz uma vista ao hospital estadual. Conversei com os servidores, conversei com os profissionais, conversei com os pacientes e algumas demandas nos foram passadas. A partir dessa visita, mandei redigir algumas indicações parlamentares e alguns pedidos de informação, até para que nós possamos dar um retorno àquela população de Caracaraí. O hospital, apesar de ser grande e estar bem estruturado, existem algumas demandas sanáveis que nós, no nosso papel como parlamentar, temos que procurar soluções e procurar resolver o mais rápido possível. Então, uma dessas demandas foi a respeito do mobiliário, pois o mobiliário do hospital de Caracaraí já está um pouco antigo, tanto na questão dos armários quanto na questão das macas. Então, fiz uma indicação parlamentar para o Governo do Estado, endereçado à Secretaria de Saúde, para que possa providenciar a troca, o mais urgente possível, desse mobiliário para que possamos ter um mobiliário mais adequado para os servidores e pacientes de Caracaraí. Outra indicação parlamentar que fiz e foi protocolada aqui na Assembleia é a respeito da poda do terreno que cerca o hospital. Começamos essa época de chuva em Roraima e, como todos sabem, quando começa a chover os mosquitos saem também e vão entrando nas casas e nos prédios e há muito tempo não se faz a poda ali daquele entorno do hospital. Então, fiz uma indicação parlamentar para que seja feito, o mais urgente, a capina e poda em torno do hospital de Caracaraí. São demandas que podem ser atendidas de forma rápida, mas que procuramos usar nosso instrumento oficial de indicação parlamentar para procurarmos soluções junto à Secretaria de Saúde.

Outra questão é a reativação do centro cirúrgico. Desde que o hospital foi reformado, o centro cirúrgico foi desativado e o que acontece muito hoje é que os pacientes de Caracaraí, Iracema e Mucajaí, que poderiam ser atendidos em Caracaraí, são removidos para nossa capital, o que acaba gerando um congestionamento dos serviços de saúde na capital. Caracaraí é um município grande, que atende muitos pacientes, mas que acaba não podendo atender, de forma adequada, pela falta do centro cirúrgico que foi desativado há muitos anos e nunca mais foi reativado. Essa foi mais uma indicação parlamentar feita.

Outra questão é sobre os exames de raio-X e de imagem, que não estão sendo feitos no hospital de Caracaraí. Nessa situação, o paciente precisa ser removido para Boa Vista, para a nossa capital, para fazer exames de imagem sendo que poderíamos fazer todos esses exames em Caracaraí. Outra indicação sendo feita.

Em conversa com os servidores, eles mostraram uma preocupação muito grande quanto ao seletivo que vence agora no final deste mês, e não existe uma posição oficial ainda da gestão, da Secretaria de Saúde a respeito da renovação desse contrato. Isso tem gerado um certo temor por parte dos servidores pela descontinuidade dos serviços prestados naquela unidade de saúde, e não atinge somente aquela unidade de saúde, atinge outros setores. Por isso, fiz um pedido de informação à Secretaria de Saúde para que nos dê uma resposta, um prazo, um cronograma a respeito da renovação ou não do contrato dos servidores seletivados, que vence no final do mês.

Pois bem, saindo de Caracaraí, no dia seguinte, fui para um evento do BOPE e depois fiz uma visita institucional na PAMC onde pude acompanhar, de perto, todos os serviços, todos os departamentos daquela unidade prisional. Fui muito bem recebido pelo secretário Hércules e toda a sua equipe de servidores da Polícia Penal e lá também identificamos algumas questões que possamos trabalhar. Uma das questões também é a respeito do seletivo da saúde. Lá existe uma unidade de saúde, um atendimento básico onde os servidores também tem esse temor da descontinuidade do serviço devido à falta de resposta da Secretaria de Saúde a respeito da renovação ou não do seletivo, que está incluso no nosso pedido de informação à Secretaria.

Outra questão que foi um ganho através do deputado Rárison, do aumento dos serviços voluntários. O deputado Rárison apresentou essa proposição e foi acatada pela Assembleia sobre o aumento do serviço voluntário aos policiais penais, só que nós esbarramos em uma barreira que nós precisamos e nós podemos resolver, agora, com a discussão da LDO e futuramente com a votação da LOA e, pelo próprio planejamento do PPA. Por ano, por unidade orçamentária, existe um limite de horas que os policiais penais, senhor Gabriel, podem tirar de serviço voluntário. Esse limite se encontra em 10 mil horas por ano. Só que esse limite de 10 mil horas por ano era feito quando tinha 300 servidores. Hoje nós temos quase 800 servidores e continua um limite de 10 mil horas por ano. Isso acaba reduzindo, drasticamente, a oportunidade, deputado Coronel Chagas, de esses servidores conseguirem tirar o serviço voluntário. Muito se discute sobre a falta, talvez, do efetivo da Polícia Penal no sistema prisional, que nós sabemos que hoje não é uma realidade, que hoje existe, sim, um efetivo cobrindo, e essa questão do serviço voluntário vem para sanar isso, porque os servidores têm interesse em tirar o serviço voluntário, que é gratificado. Chama-se voluntário, mas existe essa gratificação. Só que não têm essa possibilidade, deputado Marcos Jorge, pela limitação de horas anual que se encontra. Então, peço ajuda para os demais parlamentares para que nós possamos discutir isso com o Poder Executivo para encontrarmos mecanismo de aumentar essa possibilidade de horas. Isso não vai gerar uma despesa obrigatória para o Poder Executivo, vai gerar uma possibilidade de os policiais, de acordo com dotação a orçamentária, tirarem mais serviços voluntários que, hoje, não se encontra dessa forma.

Pois bem, no sábado, estive no CSE (Centro Socioeducativo). Teve um evento alusivo ao Dia das Mães com o Hugo. O Hugo é o responsável pela política socioeducativa do CSE. E foi conversado com os agentes socioeducativos e lá existe, de tempo já, uma demanda antiga deles, que a unificação dos cargos de agente socioinstrutor e agente sócio-orientador e, agora no PCCR, nós estamos trabalhando essa questão dos agentes socioeducativos e vai chegar aqui na Assembleia Legislativa. Peço essa sensibilidade aos demais colegas para que nós possamos olhar, com muito carinho, a categoria dos agentes socioeducativos, que é uma categoria que, há muito tempo, luta para ter seus direitos garantidos no PCCR. Este ano, com a ajuda dos demais colegas, com a ajuda do nosso governador, com a sensibilidade do nosso governador, com essa união, nós vamos conseguir garantir esses benefícios aos nossos agentes socioeducativos.

Aparte Concedido ao Senhor Deputado **Rárison Barbosa. –** Eu quero agradecer ao senhor pelas palavras. Quero me somar aqui ao seu discurso, em relação à questão dos agentes socioeducativo, que é um trabalho análogo ao nosso, dos policiais penais. Eles estão na cadeia dos menores, assim como as pessoas conhecem, e, realmente, merecem uma valorização. Eu também já fui procurado por alguns integrantes para falar sobre essa questão do PCCR deles e quero me somar aqui no Parlamento para, quando o governador enviar para cá, para que a gente possa aprovar conforme o pedido dessa categoria.

Quero dizer que eles são essenciais para o trabalho, para o desenvolvimento, para que eles possam ressocializar esses jovens, esses adolescentes que precisam de uma nova chance, que precisam, realmente, retornar para a sociedade ressocializados. Então, quero aqui me somar e dizer que conte conosco, conte com a nossa força para que a gente possa,

em tempo recorde, aqui dentro da Assembleia, aprovar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos agentes socioeducativos. Obrigado!

O Senhor Deputado **Lucas Souza** continua. – Obrigado, deputado! Eu estava falando mais cedo, também, deputado, sobre a demanda dos policiais penais, no tocante ao aumento do serviço voluntário deles, anual, que hoje se encontra em 10 mil horas/ano, desde a época que existiam 300 e poucos servidores. Hoje temos quase 800 servidores e esse aumento anual não aconteceu, e como nós estamos em um começo de gestão, onde o governo vai apresentar o seu PPA, que vai balizar o Estado durante 4 anos, naquilo que ele quer atingir, como nós temos a LDO, que chegou aqui na nossa Casa Legislativa, e como nós vamos participar da votação do orçamento deste ano, é importantíssimo que essas conquistas para todas as categorias, servidores, aconteçam neste ano porque, se nós não conseguirmos incluir no PPA, LDO e LOA, vai dificultar muito o nosso poder de ação durante os quatro anos, por algo que não estava incluso no planejamento do Estado.

Então, quero me somar a sua luta, que eu sei que não é uma luta que começou hoje, é uma luta já de muitos anos, para que nós, juntos, possamos conseguir, dentro daquilo que o Estado propõe, dentro daquilo que o Estado pode atingir, atingir esses direitos para todas essas categorias, esses benefícios.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rárison Barbosa** - Deputado Lucas, nós temos uma lei tramitando aqui, na verdade, duas: a Lei n. 009 e a Lei n. 132, que tratam justamente desse ponto, que é da indenização do serviço voluntário dos policiais penais. O governador já aumentou, aliás, na verdade, ele fez uma equiparação junto às outras forças de segurança, onde os policiais penais, hoje, têm os mesmos direitos dos policias militares, dos policias civis. Nós precisamos, realmente, aumentar o número de horas. Hoje, nós temos um decreto governamental de 10 mil horas somente, e para atender o sistema prisional, nós precisamos, hoje, de 32 mil horas para atender todos os policiais penais e o serviço voluntário. O nosso governador pode estar fazendo, via decreto, o aumento dessas horas para que a gente possa contemplar todos os policiais e todos os plantões das unidades prisionais aqui do Estado. Essa é mais uma luta que nós iremos aqui traçar, mas eu não tenho dúvidas de que o governador esteja cuidando bem dessa nossa causa e que ele irá, com certeza, aumentar o número de horas para que a gente possa contemplar todos os policiais penais. Então, é uma luta que é nossa, aqui, também do Parlamento. Eu fico feliz pela visita que o senhor fez ao sistema prisional e por ter atendido e ouvido os nossos policiais e está aí na Tribuna falando da nossa causa. Obrigado, deputado Lucas! Um abraço!

O Senhor Deputado **Lucas Souza** continua. - Eu que agradeço, deputado! Finalizando as agendas da semana passada para cá, eu estive, hoje, na Secretaria de Educação, para onde foi enviada uma mensagem governamental sobre o reajuste dos professores, a categoria que eu sou suspeito para falar, pois minha mãe é professora, meu pai é professor, minha tia é professora, meu tio é professor. Então, minha família toda, na verdade, é constituída por professores, e é com muito orgulho que eu falo isso. Já contei essa história aqui na Assembleia: meu avô foi caminhoneiro e formou uma família toda de professores e, hoje, graças a Deus, todos muito bem reconhecidos. Só que veio uma demanda também dos técnicos de educação, que não foram contemplados nesse reajuste. Estive nesta manhã com o secretário Nonato, e eu entendo, perfeitamente, a dificuldade, às vezes, da gestão pela questão orçamentária. Deputado Marcos Jorge, você tem um conhecimento muito grande pois foste secretário de Fazenda, secretário de Planejamento e sabe que, de fato, caiu a arrecadação do Estado. Isso não era algo esperado, talvez seja normal acontecer, até porque mudou, a nível nacional, um pouco o sistema político. Nós tínhamos um sistema político que pensava de uma forma e entrou, democraticamente, outro sistema político que pensa de outra forma, e isso, por vezes, pode gerar um pouco de insegurança ao empresariado local, aos investidores. Assim, caiu, de fato, a arrecadação do Estado. O estado tem que ter um cuidado muito grande para não atingir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e eu tenho certeza que o governador, antes de qualquer outra pessoa, é uma pessoa muito responsável com as finanças do Estado. Agora, nós estamos tentando, na medida do possível, garantir esse reajuste, também, para os técnicos de educação, que é uma categoria que precisa, também, que teve uma grande conquista que foi o enquadramento deles e nós reconhecemos isso. O enquadramento dos técnicos de educação já era uma luta antiga deles e foi feito pela gestão do secretário Nonato, juntamente com nosso governador Antonio Denarium. Que nós possamos, agora, começar a trabalhar um reajuste justo, digno, para os técnicos de educação, que não foram contemplados, agora, com esse reajuste para os professores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcos Jorge**. - Eu quero, antes de tudo, parabenizá-lo pela preocupação com os nossos professores do Estado de Roraima. Como bem dito por Vossa Excelência, nós temos uma queda na arrecadação em relação com o que estava previsto para os primeiros quatro meses deste ano. Nós estamos falando de 55 milhões a menor em termos financeiros em relação ao que foi previsto no orçamento. Lógico que isso deixa o Governo com menor possibilidade de fazer essas concessões, entretanto conheço, de perto, e acredito muito na capacidade do governador Antonio Denarium em analisar dados, em analisar os números e verificar aquilo que é possível para o momento. Foi assim que o governador e o secretário de Educação se entenderam com os professores, que, de uma forma conjunta, mediados pela deputada Aurelina, deputado Chagas, que é líder do governo, e o demais colegas, conseguiram chegar a um bom termo... Fui informado que não houve um reajuste, mas uma atualização da tabela. A atualização da tabela dos professores foi aquilo que foi possível para o momento, por um gesto de grandeza do Governo, entendendo, ali, o que é devido aos professores, e fazendo essa correção da tabela.

Agora, muito bem colocado por Vossa Excelência, que há necessidade, também, de se reconhecer os técnicos em educação. Por isso peço esse aparte para lhe parabenizar. Não tenho dúvida, com a sua atuação e com o apoio de todos nós aqui desta Casa colegiada, que é Assembleia Legislativa, e com a boa vontade do governador, nós vamos conseguir chegar, através de um diálogo, ao bom termo para esses bons profissionais, que são importantes para o Estado. Era isso.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros.** – Deputado Lucas, só complementando o que falou o deputado Marcos Jorge. Na verdade, os 14% concedidos para a educação, não foi reajuste salarial, foi a reposição de perdas do ano passado, que era calculado em 36%, e o governo tinha pago já 22%. Então, foi em relação a essa situação, como aconteceu com a saúde também: atualização de PCE. O reajuste de 5.79, que é pactuado entre os poderes, não foi dado a ninguém até agora, não foi para a tabela dos professores porque seria também devido, vamos dizer assim, a todos os servidores do Estado, todos os servidores da Educação.

É bom que se diga que essa reposição é para servidores efetivos, não inclui o pessoal de seletivo, nem outros terceirizados, como muitos falam. O reajuste de 5.7 está esbarrando justamente na questão orçamentária, devido à queda no orçamento. Não é só no Estado de Roraima, mas nós tivemos essa situação agonizada pelo garimpo, comércio fechando. Isso reduz a arrecadação de tributos, além do próprio FPE, que acontece uma coisa interessante. Quando a gente aumenta, através do IBGE, a nossa renda per capta, cai a nossa participação no FPE. Isso quer dizer que o Estado está muito bem. A contribuição e a repartição do FPE se torna menor, e, hoje, tem uma preocupação muito grande para a gente que acompanha, que é a nossa função: o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com a contratação de pessoal já ultrapassou o seu limite prudencial. Então, hoje, é bom que se diga, a gente já é alertado, quer dizer, o que falta para ultrapassar o limite é muito pouco. E a gente, é bom que se prepare, espero a Deus que não, para uma crise muito maior, né? Como está acontecendo no Brasil inteiro, não é, vamos dizer assim, privilégio nosso ter crise. Mas a gente hoje se encontra limitado. Eu tenho aqui, inclusive aqui em mãos, até março, não peguei o mês de abril, o que foi programado para gastar no orçamento deste ano. E o que foi arrecadado, o governo até março tinha quase 50 milhões de déficit. Eu tenho aqui uma tabela mensal, inclusive. Então, é uma coisa que nos preocupa, as pessoas que nos procuram são muitas e as necessidades maiores ainda. E o nosso desejo é o de, realmente, resolver as questões também. Eu acho que ultrapassa tudo. É o que nós gostaríamos de fazer.

Infelizmente, a gente lida com essas limitações. E a gente tem, hoje, uma situação, que é bom que se diga para que a gente possa ter conhecimento, eu inclusive cheguei agora há pouco da Secretaria de Saúde com uma preocupação muito grande. Eu lembro que na aprovação do nosso orçamento do ano passado, o orçamento da saúde chegava, se eu tenho decorado, a um bilhão cento e trinta e quatro milhões, dos quais quase novecentos milhões se destinava a pagamento de pessoal, e eu lembro que nós questionamos, naquele momento, como vai manter a saúde com duzentos milhões para pagamento de pessoal de apoio, de seletivos, de extra, de medicamento, de cirurgias e de tudo? Hoje nós temos uma situação crítica na saúde também, como nos outros. Se você for na SEINF eu busco muito essa questão, você tem hoje essa crise financeira no Estado de Roraima. É preocupante! Eu acho até que seria de bom grado, deputado Marcelo, que nós convidássemos a SEPLAN aqui para realmente expor. Nós tivemos a expectativa de um orçamento X, por quê? Porque o governo vinha numa caminhada de arrecadação cada vez maior e, de repente, de janeiro para cá, a gente se deparou com vários problemas que estão reduzindo, cada vez mais, os nossos recursos para o Estado, o nosso orçamento. Isso implica que nós só podemos gastar com o pessoal sessenta por cento dos nossos recursos, incluindo-se os Tribunais e Assembleia.

Cabe ao Governo quarenta e nove por cento. É o que ele pode gastar, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. E, hoje, a gente está vendo uma situação muito crítica. Era muito bom, eu lembro que eu comecei dizendo da saúde, eu perguntei naquele momento. Aí, hoje, o secretário pede: "ah, eu quero suplementar por excesso de arrecadação". Que excesso se a arrecadação é negativa? Não tem como se suplementar recurso por excesso de arrecadação. O que pode se fazer é remanejamento de uma secretaria para outra, mas as secretarias também chegaram a seus limites orçamentários. Então é bom que a gente aqui nesta Casa, que apresenta projetos, que discute, que atendemos a população, porque é aqui que a população vem em busca de serviço de uma forma geral, a gente possa ter muita consciência do que está acontecendo neste Estado. É preocupante, principalmente para a Assembleia, onde as demandas chegam primeiro. Obrigada, deputado!

O Senhor Deputado **Lucas Souza** continua. – Obrigado, deputada! Para finalizar, no dia quinze do mês que vem, eu fiz um requerimento, que será votado hoje, para nós podermos fazer uma Audiência Pública sobre o turismo. As demandas são muitas referente à logística, à valorização do setor turístico aqui em Roraima. E quero convidar cada um dos nossos parlamentares para participarem junto comigo dessa Audiência Pública. Irei convidar o Bruno, o diretor do Departamento de Turismo. Irei convidar o Igo Brasil, hoje superintendente do Dnit. Irei convidar nosso secretário de infraestrutura. E que nós possamos discutir, verdadeiramente, um plano diretor voltado para o turismo de Roraima. É uma demanda que todos nós pedimos, que foi incluso no Roraima vinte e trinta, e nós queremos saber quais as metas que estão sendo atingidas, aquilo que está em andamento, aquilo que ainda vai ser executado e conto com a colaboração de cada um dos meus pares, meus colegas aqui na Assembleia Legislativa. E o que a deputada Aurelina salientou é uma verdade que precisa ser dita todos os dias. De fato, as demandas são muitas, deputada.

E, às vezes, a população não entende de uma forma muito clara aquilo que o Estado pode ou não fazer e aquilo que um deputado estadual pode ou não fazer. Nós precisamos dar o máximo de publicidade possível da atual situação financeira do Estado de Roraima. Às vezes, as informações chegam desencontradas, até pela própria mídia. Isso gera um alvoroço muito grande na população e nós precisamos, com toda tranquilidade do mundo, com toda a serenidade do mundo, explicar a atual situação financeira do Estado de Roraima. Que isso aqui não é levar uma mensagem alarmista. Mas, sim, mostrar a realidade do Estado e eu tenho um ditado que é assim: "Bons marinheiros não são feitos por águas calmas", e o governador ele se mostrou um ótimo marinheiro quando assumiu o Estado de Roraima em uma Intervenção Federal, numa crise institucional generalizada aqui no Estado. Eu sei que, com ajuda e a união das classes políticas dos demais poderes, nós vamos conseguir colocar o Estado de Roraima em uma situação muito melhor, com muita tranquilidade e com muita transparência para que a população possa entender aquilo que nós precisamos atingir em termos de gestão de orçamento aqui do Estado de Roraima.

Agradeço, presidente. Esta é a minha fala e espero não ter demorado muito. Ainda tem um tempinho restante aí, mas, por hora, estou satisfeito. Agradeço a todos os presentes. Tenho dito.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Obrigado, deputado Lucas, pelo seu esclarecimento e prestação de contas nesta Tribuna. Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Passaremos, então, para a Ordem do Dia (discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Requerimento n. 046 /2023**, de autoria do deputado Lucas Souza, que solicita o Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas para a realização de Audiência Pública com o tema: "O Turismo no Estado de Roraima: seus potenciais e dificuldades"; e **Requerimento n. 051/2023,** de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, que requer a realização de Audiência Pública no dia 12 de junho do corrente para discutir a Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Município de Caracaraí).

Nós temos três deputados participando da Sessão de modo virtual. Temos três projetos na Ordem do Dia. O projeto de lei da deputada Angela Águida Portella vamos transferir para a Sessão de amanhã, pois ela não está presente para defender o seu projeto.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Requerimento n. 046/2023, de autoria do deputado Lucas Souza e do Requerimento n. 051/2023, de autoria da Comissão de Agricultura.

A Senhora Primeira-Secretária **Tayla Peres** – (Lidos o Requerimento n. 046/2023 e o Requerimento n. 051/2023).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco os requerimentos em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-os em votação. A votação será simbólica e em bloco: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Não havendo mais matérias na Ordem do Dia, passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Muito obrigado, senhor presidente. Serei extremamente breve. Quero apenas me somar ao deputado Rárison, que esteve em visita hoje cedo à Secretaria da Fazenda para pedir ao Governo, mais uma vez - já o fiz em diversos momentos que visitei a Secretaria da Fazenda e também o próprio governador - que encaminhe o projeto de lei para esta Casa, o quanto antes, com a devido minuta de convênio do Confaz para edição de novo Refis neste ano.

Há dois anos tivemos Refis aqui no Estado. À época ainda estava à frente da Secretaria da Fazenda, e tenho recebido inúmeras manifestações de empresários que ainda estão em dificuldade em decorrência, parte dos efeitos econômicos ainda adversos da Covid-2019, outra parte em razão do que a deputada Aurelina colocou muito bem neste primeiro quadrimestre: o efeito da queda da arrecadação oriunda de repasses do FPE para os estados e da arrecadação própria aqui. O desestímulos por conta do cenário nacional fez com que a economia arrefecesse e é necessário, portanto, que o empreendedor que gera emprego, que tirou Roraima de uma das maiores taxas de desemprego nacional para a casa de 4% (quatro por cento) de desempregados, uma das menores do País, tenha condição de continuar gerando emprego e renda. Portanto, o REFIS é fundamental. Eu quero aqui, apenas, trazer essa mensagem ao Plenário para reforçar que a SEFAZ adote medidas, de imediato, junto com o governador e remeta a esta Casa.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Explicações pessoais, deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero, também, presidente, primeiro, agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui nesta Sessão e reforçar o que o deputado Marcos Jorge acabou de falar.

Assim como o deputado Rárison também pediu ao secretário de fazenda, eu, como presidente da Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços, somos muito cobrados, também, presidente, por esse Refis. Há pessoas muito pequenas que tem dois mil e novecentos de débito, aquele pequeno que está no Cadin, está no SPC porque não consegue pagar os impostos. Então, que o governo mande para essa Casa, pedindo autorização para que a gente vote e autorize o governador a fazer o Refis para melhorar a vida do pequeno, do grande e do médio empresariado de Roraima, que é quem produz e quem gera emprego. Obrigado, Presidente!

O Senhor deputado **Idázio da Perfil** – Presidente Marcelo.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputado Idázio da Perfil.

O Senhor deputado **Idázio da Perfil** – É um fato. Eu já tenho participado com o deputado Gabriel de algumas reuniões e a gente tem que reiterar, realmente, que esse Refis venha fazer efeito para que essas pessoas que estão inadimplentes com o Estado e com os municípios, e que, realmente, a gente possa ter um desconto, que possam essas pessoas estar recolocando a sua empresa para que elas possam continuar gerando renda e empregos no nosso Estado. Precisamos que o Governo possa estar tirando juros e multas e pegando o percentual devedor parcelando-o em doze, vinte e quatro meses sem correção e aí nós conseguiremos colocar mais de cinco mil empresas que estão inativas no mercado. Dessa forma, iremos gerar mais de quinze mil empregos, colocando essas empresas novamente em atividade. Então, a gente quer, com urgência, votar, e ver, realmente, qual foi o levantamento do Refis, se ele vai ter alguma significância para essas empresas.

Nós temos relatos de pessoas que estavam devendo, Odilon, dezoito mil e setecentos; hoje a dívida está em quase cem mil reais de juros e multas, e se torna inviável ressuscitar um CNPJ desse, se não houver a sensibilidade do Governo querer colocar essa empresa, novamente, para que ela possa estar ativa no nosso Estado. Então, eu tenho a urgência de colocar logo isso e colocarmos essas empresas funcionando, gerando emprego e renda no nosso Estado. Muito obrigado, presidente.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Presidente, Explicações Pessoais.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Explicações Pessoais, deputada Tayla Peres.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Bom dia a todos! Eu queria aqui informar a todos, como presidente do Procon Assembleia, que amanhã vai estar tendo um mutirão a nível nacional, a nível de Brasil, um mutirão que está sendo feito pela Senacon. Todos os Procons de todo Brasil vão estar fazendo esse mutirão de preços justos com os valores dos combustíveis. Eu até peço para todas as pessoas que moram no sul do

Estado, no interior, em um município longe, que ajuda a gente ligando para o Procon, informando o preço do combustível que está aí no seu município, para que a gente possa formular um ofício e estar enviando para o Senacon. Isso vai acontecer em todo o Brasil e aqui no Estado de Roraima. O Procon Assembleia, amanhã, também vai estar nas ruas conferindo o preço desses combustíveis para a gente poder formalizar esses preços e poder chegar em um consenso se, realmente, está tendo um preço justo para o consumidor final.

Então, eu convoco toda a população que possa participar para nos ajudar nos informando e mandando isso para o Procon Assembleia, para que a gente possa chegar a uma solução final. Era isso, presidente. Obrigada!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Ouvindo atentamente o deputado Idázio, o deputado Gabriel, o deputado Marcos Jorge, esta Mesa vai entrar em contato com o Executivo, justamente para trazer uma solução importante para este Estado. Vejo a preocupação desta Casa, de cada deputado e de cada deputada para gerar mais emprego e mais renda para o Estado de Roraima.

E, não havendo mais nada a tratar, às dez horas e quarenta e sete minutos, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 24 de maio, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Angela Águida, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Dr. Claúdio Cirurgião, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Renato Silva, Rárison Barbosa** e **Tayla Peres.**

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 24 DE MAIO DE 2023
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO EDER LOURINHO
(Em exercício)

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a vigésima terceira Sessão Ordinária da primeira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Bom dia a todos os presentes! Solicito ao primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge –** Há quórum, senhor presidente, para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede questão de ordem. – Senhor Presidente, antes de iniciar, eu gostaria de dizer que em plenário não tem quórum sequer para ler a Ata, apesar de ter três deputados virtuais, mas no Plenário não há quórum.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho –** Nós temos sete deputados no plenário e três de forma remota.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. Os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge**– Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**: Ofício n. 227/2023, solicitando informações referentes ao Procedimento Administrativo n. 084-020/2023. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Indicação n. 287/2023, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações n.ˢ 288 a 290/2023, de autoria do deputado Lucas Souza; Pedido de Informação n. 23/2023, de autoria do deputado Armando Neto, requerendo que seja encaminhado à Secretaria Estadual de Cultura questionamentos relacionados ao patrimônio histórico e ao Museu Integrado de Roraima (MIRR); Memorando n. 038/2023, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 23 de maio do corrente ano; Memorando n. 056/2023, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 24 de maio do corrente ano. **DIVERSOS**: Ofícios n.ˢ 101 a 104/2023, de autoria da Caixa Econômica Federal, que tratam de Créditos de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União; Ofício n. 173/2023, de autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, solicitando o remanejamento de valor da Emenda Estadual Impositiva n. 07/2023.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Não há nenhum orador inscrito, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo nenhum deputado inscrito para fazer uso da palavra, passaremos à ordem do Dia.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para deliberação das matérias em pauta.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcos Jorge** – Não há quórum para deliberar a Ordem do Dia, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo quórum para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, às dez horas e nove minutos, dou por encerrada a Sessão, convidando para a Sessão Especial, amanhã, dia 25, há hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Cláudio Cirurgião, Coronel Chagas, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro** e **Tayla Peres.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº **281/2022**
CONTRATO Nº **017/2022**
OBJETO: **CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE ADITIVO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES E O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM 22,59% (VINTE E DOIS VÍRGULA CINQUENTA E NOVE POR CENTO).**
CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**
CNPJ Nº **34.808.220/0001-68**
CONTRATADA: **TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ Nº: **13.392.705/0001-43**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **O presente Termo Aditivo possui por supedâneo o disposto nos artigos 55, inciso III, artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 e na "CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO" constante no Contrato nº 017/2022.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01.031.0001.2011 / 1500 / 101 / 33.90.39-37**
DATA DA ASSINATURA: **24/05/2023**
VIGÊNCIA: **24/05/2023 ATÉ 24/05/2024**
VALOR TOTAL APÓS REEQUILÍBRIO: **R$ 739.112,85 (Setecentos e trinta e nove mil, cento e doze reais e oitenta e cinco centavos)**
PELA CONTRATANTE: **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - N° 008/2023

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RORAIMA** por intermédio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação em Substituição, regularmente designado pela Resolução N° 5135/2023-SGP, de 30 de maio de 2023, torna público o Resultado Final do Pregão supracitado, oriundo do Processo Administrativo N° 100/2023, cujo objeto é Aquisição de sistema multimídia para o Plenário Noêmia Bastos Amazonas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, sendo considerada **FRACASSADA**.

Boa Vista, 26 de junho de 2023.

Maria Izamar Rodrigues Monai Montessi
Presidente da Comissão Permanente de Licitação em Substituição
Mat. 27.236
(Resolução 5135/2023-SGP)